

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

DHIEGO MATEUS SCHNEIDER

REVISÃO BIBLIOGRÁFICA SOBRE O PENSAMENTO POLÍTICO AGRARISTA
DOS COMUNISTAS BRASILEIROS: CAIO PRADO JR E ALBERTO PASSOS
GUIMARÃES NA DÉCADA DE 60.

CURITIBA

2018

DHIEGO MATEUS SCHNEIDER

REVISÃO BIBLIOGRÁFICA SOBRE O PENSAMENTO POLÍTICO AGRARISTA
DOS COMUNISTAS BRASILEIROS: CAIO PRADO JR E ALBERTO PASSOS
GUIMARÃES NA DÉCADA DE 60.

Monografia apresentada como requisito
parcial à obtenção do título de bacharel,
Curso de Ciências Econômicas, Setor de
Ciências Sociais Aplicadas, Universidade
Federal do Paraná.

Prof. Dr. Igor Zanoni Constant Carneiro
Leão

Curitiba
2018

TERMO DE APROVAÇÃO

DHIEGO MATEUS SCHNEIDER

REVISÃO BIBLIOGRÁFICA SOBRE O PENSAMENTO POLÍTICO AGRARISTA
DOS COMUNISTAS BRASILEIROS: CAIO PRADO JR E ALBERTO PASSOS
GUIMARÃES NA DÉCADA DE 60.

*Monografia apresentada ao curso de Graduação em Ciências Econômicas,
Setor de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Paraná, como
requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Ciências Econômicas.*

*Prof. Dr. Igor Zanoni Constant Carneiro Leão
Orientador – Departamento de Economia, UFPR*

*Profa. Dra. Dayani Cris Aquino
Departamento de Economia, UFPR*

*Prof. Dr. Demian Castro
Departamento de Economia, UFPR*

Curitiba, 03 de dezembro de 2018.

Dedico esta monografia a todos os estudantes e professores que, no decorrer de minha formação, se propunham a analisar e estudar o Brasil, tendo em vista a superação das estruturas econômicas mais atrasadas e da dominação dos países imperialistas sobre as nossas riquezas. Essa obra é escrita principalmente para aqueles que lutam por um país menos desigual.

Dhiego Mateus Schneider

AGRADECIMENTOS

Pela elaboração deste trabalho devo agradecimentos a um conjunto de professores do departamento de Ciências Econômicas da UFPR que, primordialmente, nunca negaram discussões referentes às minhas constantes dúvidas e reflexões acerca da realidade brasileira partindo de suas disciplinas e, principalmente, ao meu orientador, que aceitou tratar de um tema tão custoso aos atuais departamentos de economia em que, cada vez mais, encontra-se encurralada a economia política.

Agradeço também aos meus familiares e amigos que me apoiaram de diversas formas durante o período da graduação.

*Foi na noite dos chacais
Foi no Brasil dos generais
Morrendo pela revolução
Foi Pedro, Ângelo e João.
Companheiros, sereis imortais.*

**“Sangue em Flor” canção
portuguesa do GAC - Vozes na
Luta**

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo analisar e discutir artigos seminais dos intelectuais ligados ao Partido Comunista do Brasil (PCB) no que diz respeito à análise política destes sobre a questão agrária. O que se pretende responder é como debateram, principalmente durante o V Congresso do PCB (1960), os intelectuais que apresentavam ao partido uma nova análise sobre o problema agrário - no caso Caio Prado Jr. e Alberto Passos Guimarães. Para isso, realizou-se uma revisão bibliográfica sobre o processo histórico do movimento socialista no Brasil, sobre a formação do PCB e o desenvolvimento da relação deste com os camponeses. Além da revisão bibliográfica, é discutido também, através de uma análise descritiva, dois textos desses autores, que foram escritos no contexto do quinto congresso. Caio Prado Jr. diverge em relação a posição do PCB, por esta estar amparada em uma análise pouco elaborada sobre a economia brasileira, resultado que atribui a forte influência da III Internacional Comunistas, suas diretrizes para o continente sul americano e também a um entendimento incompleto do marxismo enquanto ciência. Enquanto Alberto Passos Guimarães é também um crítico a análise da economia brasileira desenvolvida pelo PCB, contudo mediante retorno a Lênin e aplicação deste nas particularidades do Brasil, país dependente do imperialismo estadunidense, busca continuar a perspectiva revolucionária do partido.

Palavras-chave: Reforma Agrária. Latifúndio. Camponês. Socialismo.

ABSTRACT

The goal of this work is to analyze and discuss seminal articles from the intellectuals linked to the Communist Party of Brazil (CPB) and their political perspectives on the agrarian issue. What it aims to answer is how the intellectuals that brought to the party a new analysis on the agrarian issue – notably Caio Prado Jr. and Alberto Passos Guimarães – discussed the theme in the context of the V Congress of CPB (1960). With that in mind, a historical process of Brazil's socialist movement literature review was made and the formation of CPB and their relation with the peasants. Furthermore, through a detailed analysis, two articles from the same authors, which were written in the context of the fifth congress, are discussed. Intending to offer a historical perspective of the party analysis concerning this issue, a document from the party is also analyzed. It was found that, by that period, the political perspective of Caio Prado Jr. was a denial of the previous positions of the party – which was highly influenced by the Comintern and its directives to the south America continent, while Passos Guimarães, also criticizes the analysis of the Brazilian economy made by CPB, therefore it's through a overview on Lenin's ideas and its application on the singularities of Brazil, an American imperialism dependent country, that he seeks to maintain the revolutionary aspect on the party.

Key-words: Land Reform - Latifundium - Peasant - Socialism

LISTA DE SIGLAS

III IC	- III Internacional Comunista
AI-5	- Ato Institucional Nº05
CEBRAP	- Centro Brasileiro de Análise e Planejamento
CEPAL	- Comissão Econômica Para América Latina
CPT	- Comissão Pastoral da Terra
LCP	- Liga dos Camponeses Pobres
MST	- Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
PCB	- Partido Comunista do Brasil
PCUS	- Partido Comunista da União Soviética
PD	- Partido Democrático
USP	- Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS	5
RESUMO	7
ABSTRACT	8
SUMÁRIO	10
1 INTRODUÇÃO	11
1.1 JUSTIFICATIVA	12
1.2 OBJETIVOS	13
1.2.1 Objetivo geral	13
1.2.2 Objetivos específicos	13
1.3 METODOLOGIA	14
2 REVISÃO DE LITERATURA	15
2.1 – O MOVIMENTO SOCIALISTA NO BRASIL, O PCB E OS CAMPONESES.	15
2.1.2 – A formação do partido	17
2.1.3 – A relação do partido com os camponeses	18
3 RESULTADOS	21
3.1 RESOLUÇÃO SOBRE A QUESTÃO CAMPONESA NO BRASIL (1929)	21
3.2 A ANÁLISE DE CAIO PRADO JR.	22
3.2.1 A contribuição da perspectiva política para a análise da questão agrária no Brasil (1960)	24
3.3 A ANÁLISE DE ALBERTO PASSOS GUIMARÃES	26
3.3.1 A perspectiva política em "Três Frentes da luta de classes no campo brasileiro" (1960)	26
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS	29
4.1 – RECOMENDAÇÕES PARA TRABALHOS FUTUROS	29
REFERÊNCIAS	31

1 INTRODUÇÃO

O objetivo deste trabalho é a caracterização política dos intelectuais ligados ao Partido Comunista do Brasil (PCB), em particular aqueles que foram responsáveis por uma análise mais profunda da questão agrária durante a década de 60. São eles: Caio da Silva Prado Jr. e Alberto Passos Guimarães, cuja perspectiva política de ambos os autores são objeto do estudo a partir da análise de alguns de seus textos e de uma contextualização prévia da formação do partido e sua relação com os camponeses até a década de 60, momento em que a Reforma Agrária se torna uma das principais pautas políticas no país.

Trata-se do pensamento político agrarista pelo fato de que, dentre as Reformas de Base do governo João Goulart, a Reforma Agrária era a mais problemática e, talvez, o principal elemento político que mobilizou as Forças Armadas a tomarem o poder em abril de 1964 (PRADO JR, 1979). E dos autores em particular em razão do PCB, junto às Ligas Camponesas, ter sido um dos principais partidos que organizaram os trabalhadores rurais em torno de suas reivindicações.

É importante resgatar estes autores à medida que o golpe militar de 64 pode ser tomado como marco do final de um ciclo político para os comunistas no Brasil. Cujo processo tem início em 1956, com as divergências políticas internas ao Partido frente aos problemas levantados pelos relatórios secretos de Krushev sobre o período do governo de Stalin, durante o XX Congresso do PCUS (SANTOS, 2008) Além disso, porque foi na década de sessenta que grande parte dos intelectuais e quadros comunistas ligados ao partido são perseguidos politicamente.

Dessa forma, pode-se dizer que há uma inflexão na produção teórica desse período. Os militares até determinado período poupam os poucos marxistas que já possuíam cátedras em algumas universidades. Foi a única produção intelectual marxista que continuava a existir durante o regime militar, produzida a partir de estudiosos que não eram, necessariamente, organizados pelo partido.

Os principais intelectuais após breve período do início do regime militar, foram aqueles que discutiram “O Capital: crítica da economia política” a partir dos Seminários Marx, organizados pelo filósofo paulista José Arthur Giannotti, que viajou à França e participou de uma estrutura semelhante organizada pelo teórico marxista Louis Althusser (RODRIGUES, 2017).

Este processo gerou o que é conhecido como "marxismo uspiano", definido pelos intelectuais que participaram dos Seminários Marx e já possuíam cátedras na USP, como Florestan Fernandes, ou que, mais tarde, vieram a integrar o quadro docente. Estes, em particular, foram perseguidos após o AI-5 de 1968, o que aumentou a repressão, principalmente, nas universidades. Tanto ao movimento estudantil quanto aos professores (MORAES, 2017).

Além disso, a partir de meados da década de 40, quando os camponeses tornaram-se atores relevantes na política brasileira (PRIORI, 2002), novas instituições passaram a discutir a questão agrária, tais como a Igreja Católica, a Comissão Econômica para América Latina (CEPAL) e os economistas conservadores, como Roberto Campos e Antônio Delfim Netto, ambos ex-ministros dos governos militares (DELGADO, 2005). Contudo, em meio a essas instituições, os autores comunistas são renegados e marginalizados na pesquisa científica acerca do pensamento social brasileiro (PERICÁS e SECCO, 2014).

Dessa forma, inicia-se este trabalho com uma revisão bibliográfica sobre o pensamento social dos comunistas no Brasil, a partir do desenvolvimento do movimento socialista no Brasil, sobre a formação do PCB e o seu entendimento da questão agrária até o período em que, Caio Prado Jr. e Alberto Passos Guimarães analisam teoricamente o tema.

Concluída a revisão bibliográfica, exponho os resultados obtidos através da análise descritiva de um dos primeiros documentos partidários sobre a questão agrária: "Resolução sobre a questão camponesa no Brasil (1929)", e também dos artigos "As três frentes da luta de classes no campo brasileiro" de Alberto P. Guimarães e "Contribuição para a análise da questão agrária no Brasil de Caio Prado Jr.", ambos de 1960, escritos para o V Congresso do PCB.

1.1 JUSTIFICATIVA

O presente trabalho se faz necessário à medida que a questão da terra ainda é um problema político relevante no Brasil. Fato este que se expressa na dimensão dos movimentos sociais ligados à Reforma Agrária, cuja principal organização é o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST), além de outras como a Liga dos Camponeses Pobres (LCP) e a Comissão Pastoral da Terra (CPT).

Tal tema se evidencia/acentua com a violência perpetrada contra a população do meio rural, sejam eles trabalhadores rurais ou integrantes de comunidades indígenas e quilombolas. Dito isso, mostra-se necessário trazer de volta às agendas de pesquisa uma análise do problema em suas múltiplas determinações, econômicas, políticas e sociais.

Soma-se a isso o predomínio da ortodoxia econômica e seus respectivos desdobramentos teóricos, que negam, nas ciências sociais, a dialética enquanto metodologia ante a lógica formal. Problemas como a questão agrária - ainda atual - acabam sendo rejeitadas, sem contar o estudo daqueles que se debruçaram sobre o tema a partir de uma perspectiva revolucionária, como é o caso dos comunistas no Brasil.

Dessa forma, este trabalho busca somar a outros pesquisadores que já tomaram a mesma iniciativa, como é o caso do projeto de pesquisa “Pensamento social e agrarismo” do Dr. Raimundo Nonato dos Santos, professor da Pós-Graduação em Desenvolvimento, Sociedade e Agricultura (CPDA) da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ).

1.2 OBJETIVOS

1.2.1 Objetivo geral

Caracterizar o debate intelectual do Partido Comunista do Brasil (PCB) durante a década de 60 em relação a solução dos problemas agrários brasileiros através das análises de Caio Prado Jr. e Alberto Passos Guimarães.

1.2.2 Objetivos específicos

- Compreender o processo político de desenvolvimento do Partido Comunista do Brasil (PCB) e a relação deste com o meio rural;
- Analisar os principais documentos partidários antes do debate da questão agrária na formação partidarista do (PCB);
- Interpretar e comparar o entendimento de Caio Prado Júnior e Alberto Passos Guimarães frente à estratégia e tática políticas para o desenvolvimento da revolução brasileira partindo da questão agrária.

1.3 METODOLOGIA

Este é um trabalho descritivo e documental caracterizado como revisão bibliográfica. As palavras-chave escolhidas para essa pesquisa foram: “questão agrária”, “comunismo” e “revolução brasileira”. A temática principal deste trabalho é o entendimento sobre o pensamento político agrário em uma vertente comunista. Para o tratamento dos dados e documentos utilizou-se a abordagem dialética (ZAGO, 2013).

Faz-se uso da abordagem materialista histórico e dialética dado que o real é contraditório, seja no desenvolvimento da natureza ou da sociedade, tendo na luta de classes uma das formas da expressão do contraditório nas relações sociais de produção.

A dialética, por presumir contradição em qualquer fenômeno, permite uma análise melhor do real ante a lógica formal e o idealismo, *modus operandi* na pesquisa científica, também sobre obras marxistas. Problema este oriundo da inferioridade dos pesquisadores marxistas no meio acadêmico, que deriva de um entendimento incompleto dessa vertente do pensamento social. (GERMER, 2001).

Os dados coletados são resultado de buscas nas bases de dados como SciELO, Microsoft Academic, Google Acadêmico e acervos fundamentais na área de Ciências Sociais partindo da questão agrária. O marco inicial do material teórico utilizado na pesquisa foi de 1965 a 2017 com análise do problema referente à década de 60 se tratando, particularmente, do debate intelectual comunista desenvolvido no PCB.

2 REVISÃO DE LITERATURA

2.1 – O MOVIMENTO SOCIALISTA NO BRASIL, O PCB E OS CAMPONESES.

O Partido Comunista do Brasil (PCB) foi fundado em 25 de março de 1922 por operários e pequeno-burgueses - de orientação anarco-sindicalista -, em parte após o reconhecimento da Revolução Russa de 1917 (SEGATTO, 1982). Caso não houvessem condições econômicas, sociais e políticas a Revolução Russa e seus desdobramentos poderiam não ter surtido este efeito na vida política brasileira, ou seja, não se trata apenas de um reflexo dos acontecimentos políticos na Rússia.¹

Durante a década de 20 a economia brasileira passava por um período de intensas transformações surgiram as primeiras indústrias, ferrovias e o assalariamento da força de trabalho. O início do século XX no Brasil é marcado pelo processo de urbanização, com as primeiras grandes indústrias, especificamente a indústria têxtil e as ferrovias. Delineia-se a partir de então a formação da classe operária brasileira.

“... “consequência necessária do processo de formação da classe operária brasileira e do desenvolvimento de suas lutas. Sua fundação respondeu a uma exigência do movimento operário, que já mostrara, nas primeiras décadas do século XX, a carência de um partido político operário revolucionário”. (SODRÉ apud SEGATTO, 1989)

Conforme Marx (2013), os comunistas são a fração mais convicta dos partidos operários de cada país, ou seja, a formação de um partido dos comunistas no Brasil não seria possível sem a existência prévia dos operários. Entretanto, a formação da classe operária não surge à semelhança de como a mesma se formou no continente Europeu.

A formação do movimento comunista no Brasil se deve, em parte considerável, à atuação política de alguns poucos imigrantes europeus, cujo fluxo migratório é resultado do desenvolvimento e expansão da lavoura cafeeira, principalmente do estado de São Paulo -, que é um dos elementos históricos responsáveis pelo início da industrialização no país juntamente com a entrada de capitais estrangeiros (SEGATTO, 1989).

¹ Vide “A realidade da Rússia antes da revolução (1850-1917)” in Lenin e a Revolução Russa de Oziel Gomes, cabe destacar a revolução de 1905 e as duas revoluções de 1917, que aconteceram em fevereiro e outubro do ano referido.

“A difusão das ideologias socialistas é anterior a formação da classe operária propriamente dita”. (GODIO apud KONDER, 2009)

Contudo, autores como Vamireh Chacon² - historiador do pensamento social no Brasil – apontam para a influência das ideias socialistas na acepção moderna do termo, já em fins do século XVIII, durante o período das reivindicações nativistas no período colonial.

“As reivindicações nativistas, em favor da Independência brasileira, não foram sempre apenas políticas. O Nacionalismo andou associado ao Igualitarismo, um movimento como a Conspiração dos Alfaiates em 1798, também chamada Inconfidência baiana, já reivindicando a Igualdade econômica, e não só a Liberdade. E na Inconfidência Insurrecional de Pernambuco, em 1817, havia igualitários rousseauianos, Robespierres ou Marats nativos, como o Padre João Ribeiro, por exemplo, e não apenas anglófilos como Domingos José Martins, ou americanófilos como Cabugá.” (CHACON, 1965)

Entretanto, ao tratar das influências socialistas nas reivindicações nativistas, não se pode dizer que essas eram fruto de um movimento socialista organizado no país, mas, sim, da influência do socialismo francês da época.

Quanto à divulgação das ideias de Marx e Engels no Brasil, a primeira citação pública dos pensadores de que se tem registro é de Tobias Barreto, antes por um apreço e estudo da cultura germânica que por uma vocação militante. Contudo, foi o sergipano formado em medicina, Silvério Fontes, o primeiro militante marxista brasileiro, que, em um período anterior à formação do PCB, divulgou as ideias marxistas em solo brasileiro. Uma exceção ao movimento socialista, que em fins do século XIX e início do século XX, era hegemonizado pelo anarco-sindicalismo (CHACON, 1965).

Com a notícia da Revolução Russa de 1917 os anarquistas brasileiros buscam compreender o desenvolvimento daquele fenômeno e, com suas lições, desatar o processo revolucionário no Brasil. Quadros do anarco-sindicalismo, como Astrojildo Pereira³ e Octávio Brandão, após contato com a literatura marxista e discussões internas ao movimento operário fundam o Partido Comunista no Brasil.

² Vamireh Chacon - professor emérito da Universidade de Brasília - UnB

³ Sobre a vida de Astrojildo Pereira, cito aqui pequeno trecho de um artigo sobre o mesmo, de Leandro Konder em seu livro que reúne artigos sobre renomados intelectuais brasileiros marxistas. Na página 13 da edição de 1991 diz: “Nascido em 1890, na cidade de Rio Bonito, no Estado do Rio de Janeiro, Astrojildo estaria completando um século de vida.”

Nesse sentido, o impacto internacional da Revolução Russa foi importante para o surgimento dos primeiros comunistas no Brasil. Um exemplo disso é o trecho abaixo retirado de um depoimento de Astrojildo:

“Fui um dos organizadores de um congresso internacional pró-paz que se reuniu no Rio de Janeiro em 1916. Sob a influência da revolução russa e de Lenine (1917-1920), abandonei o anarquismo, tornando-me marxista.” (FREYRE apud CHACON, 1965)

Outro autor que conforma essa perspectiva da relevância da Revolução Russa, sob os quadros políticos do anarco-sindicalismo Brasileiro, é Leandro Konder, quando escreve uma pequena biografia de Astrojildo Pereira.

“Pouco a pouco, porém, o anarquista convicto passou a rever as teorias que serviam de base às suas convicções políticas e filosóficas. Sob o impacto das consequências da revolução leninista em escala mundial, fascinado pelo que estava acontecendo no recém fundado Estado bolchevista, acabou aderindo ao comunismo e participou decisivamente da preparação da criação do Partido Comunista do Brasil, em 1922.” (KONDER, 1991)

2.1.2 – A formação do partido

O PCB, fundado em 1922, antes mesmo de completar um ano de existência, torna-se ilegal a partir do estado de sítio decretado pelo governo brasileiro após o Levante do Forte de Copacabana. Durante seus primeiros anos, seu órgão central passou a ser o mensário *Movimento Comunista* e sua linha geral girava em torno da unidade sindical para a mobilização das massas (SEGATTO, 1989, p.25)

Desde o ano em que é fundado, seus quadros e militantes buscam integrar-se à III Internacional. Contudo, esta tarefa se provou árdua e foi um dos elementos da primeira crise do partido. O PCB só passou a ser reconhecido enquanto Seção Brasileira da III Internacional no ano de 1924. Isso porque quando, na realização do IV Congresso da Internacional Comunista, no mesmo ano de fundação do partido, o representante enviado pelo partido “...defendeu posições anarquistas, que contrariavam não só as posições do PCB, como as da própria Internacional Comunista (IC) (SEGATTO, 1989, p.28).

Durante o período de 1922 e 1928, acontecem os dois primeiros congressos e, apesar de ter sido jogado na ilegalidade, em fins da década de vinte, o partido comunista já possui uma rede de militantes considerável pelo país. É deste período o desenvolvimento da primeira análise do partido sobre a situação nacional baseada

na contradição fundamental “agrarismo-industrialismo”, em que há uma luta de classes entre um capitalismo agrário semifeudal e o capitalismo industrial moderno (SEGATTO, 1989, p.29).

Por fim, dadas as condições de ilegalidade e as resoluções aprovadas em seu II Congresso, tendo em vista a criação de uma frente única eleitoral que busca a unidade entre os operários, o partido fez uso de um dos jornais legais do período para conclamar a formação do Bloco Operário, que mais tarde viria a se tornar o Bloco Operário e Camponês.

“O *Bloco Operário* é transformado, em 1928, no *Bloco Operário e Camponês* para ser utilizado como alternativa legal, depois da volta da legalidade. “O BOC estendeu-se com relativa facilidade ali onde havia Partido participando de eleições estaduais e municipais e, ainda, em alguns casos, realizando outras tarefas de massa. O elemento “camponês” representava apenas uma palavra incluída no BOC, era desejo, um propósito, mas mesmo assim servia como indicação de largos e justos objetivos. Nada se fez de prático nesse sentido porque na realidade o Partido não sabia como fazê-lo, como aproximar-se do campo, como promover a tarefa, que os livros diziam ser fundamental, de aliança entre operários e camponeses.” (KONDER, 1991)

2.1.3 – A relação do partido com os camponeses

O problema agrário torna-se uma preocupação partidária para os comunistas a partir de meados da década de 40, particularmente quando os mandatos dos deputados e do então Senador Luís Carlos Prestes são cassados no governo de Eurico Gaspar Dutra (PRIORI, 2002). Até aquele momento, o foco principal do trabalho partidário era a organização dos operários em sindicatos (SEGATTO, 1989). Até as publicações do Manifesto de Janeiro de 1948 e a Declaração de Março de 1950, para o PCB a classe operária carregava consigo a positividade histórica, ou seja, a única classe capaz de dar surgimento a uma nova sociedade (PRIORI, 2002, p.68).

As orientações políticas dos partidos comunistas ao redor do mundo e discussões marxistas tanto em âmbito acadêmico quanto político, o papel dos camponeses sempre foi subalterno. Apesar dos processos revolucionários do século XX notadamente a Revolução Russa e a Revolução Chinesa terem sido em última instância revoluções camponesas (MARTINS, 1985),

Anterior aos documentos partidários de 1948 e 1950, o primeiro documento dedicado unicamente à questão camponesa pelo PCB foi escrito em espanhol e

publicado no Uruguai em 1929. O documento se chama “Resolución sobre la cuestión campesina en Brasil” e foi redigido e publicado nessas condições para despistar a polícia política da época (PRIORI, 2002). É importante frisar que este documento elaborado pelo partido comunista não pretende ser uma elaboração teórica, e sim um documento que sintetiza acúmulos políticos do partido comunista nos seus primeiros anos de existência, com orientações para o trabalho político com os camponeses.

Além do referido documento de 1929, há o documento escrito e publicado pelo então Secretário Geral do Partido, Luís Carlos Prestes “Como enfrentar os problemas da revolução agrária e anti-imperialista”, também conhecido como “Manifesto de Janeiro”, que traz para o centro da discussão partidária a necessidade de uma virada na sua linha política, mediante balanço ao período da atuação do Partido nos anos anteriores, de 1945-1947.

“Diante dessa análise, Prestes e o CC procuraram elaborar uma nova linha política para o PCB, formulando como objetivo estratégico e imediato a necessidade de lutar com “coragem e audácia” por uma revolução agrária e anti-imperialista.” (PRIORI, 2002, p.63)

O que existia até o período vigente de análise intelectual partidária eram elaborações teóricas que corroboravam com a análise da III Internacional Comunista. Assim como em outros países do Terceiro Mundo, caracterizados como colônias e semicolônias. A “banalização da tese da aliança operário camponesa na III Internacional Comunista” (SANTOS, 1996, p.11) faz com que estudiosos como Caio Prado Jr. tenham críticas e novas propostas políticas para a atuação do partido entre os camponeses.

Já nos primeiros ensaios de Caio Prado Jr., observa-se sua crítica à tese de feudalismo no Brasil durante o período colonial, mas é apenas com o V Congresso do PCB que a discussão sobre a questão agrária e os modos de produção no desenvolvimento histórico do Brasil assumem a tônica do debate, com a respectiva publicação na Revista Brasiliense de cinco artigos sobre a questão agrária. Depois em 1979 são editados em formato de livro “A Questão Agrária no Brasil”.

Contudo, a análise de Caio Prado Jr. não é a única a rever a interpretação partidária sobre a realidade brasileira. É logo após o V Congresso, que Alberto Passos Guimarães começa a desenvolver também uma nova análise sobre o campo brasileiro em seu artigo “As três frentes da luta de classes no campo brasileiro”,

onde recorre ao programa da revolução agrária da social democracia russa, redigido por Lenin. (SANTOS, 1996).

3 RESULTADOS

Com base na revisão da literatura realizada, foram selecionados para a caracterização política dos autores, um documento e dois textos que se destacam no contexto político da discussão agrária no desenvolvimento do partido, mas especificamente durante o quinto congresso do partido, onde a tônica é a questão agrária. O primeiro, um documento partidário de 1929: *Resolução sobre a questão camponesa no Brasil.*, seguido então pelo artigo de Caio Prado Jr., publicado originalmente na Revista Brasiliense em 1960: *Contribuição para a análise da questão agrária no Brasil* e por fim *As três frentes da luta de classes no campo brasileiro*, também publicado em 1960, na “Tribuna de Debates” do V Congresso do PCB.

3.1 RESOLUÇÃO SOBRE A QUESTÃO CAMPONESA NO BRASIL (1929)

O primeiro documento, diferente dos textos produzidos na década de 60, não se trata de uma análise geral do problema agrário, tanto em suas dimensões políticas quanto econômicas, e sim especificamente da questão camponesa. Ou seja, toma a perspectiva das condições precárias dos trabalhadores rurais e quais deveriam ser as tarefas do partido. Além disso, o documento deixa clara a debilidade dos comunistas na época em equacionar o problema, como apontado por Ângelo Priori em seu artigo *O PCB e a questão agrária*.

“De tal modo que o III Congresso já representa um notável progresso sobre esta questão. Ela é por si extremamente difícil, nas condições do Brasil, onde a enorme extensão territorial cria dificuldades profundas entre as várias regiões do país. Não é possível assim, formular teses definitivas, nem traçar diretrizes completas para o trabalho imediato do Partido. Limita-se, portanto, o III Congresso a publicar todo o material recolhido, com base nos informes e nas discussões ocorridas, a estabelecer uma série de consignas provisórias de aplicação geral. Umas e outras de aplicação particular a certas regiões.” (SANTOS, 1996, p. 39)

O trecho acima, extraído do documento, expõe o elemento central que estrutura o restante do texto. Ao reconhecer, enquanto principal dificuldade, a “enorme extensão territorial” do país, a qual cria “dificuldades profundas entre as várias regiões” e, portanto, limita-se a “estabelecer uma série de consignas

provisórias”. Neste documento são estabelecidos uma série de consignas que deveriam ser tomadas a nível geral no país, com base nos informes e discussões recolhidos em cada região do país.

Essas regiões são, em primeiro lugar, Centro-Sul (São Paulo, Sul de Minas, Rio de Janeiro e Norte do Paraná), onde predominava a produção da lavoura cafeeira de então. Nessa região “é mais intensa a produção agrícola e, portanto, maior a concentração dos trabalhadores rurais”. Vale destacar que, para essa região, três dentre oito consignas são sobre o transporte e estradas, enquanto que para a região do Extremo Norte o partido realça a importância da luta política contra a Concessão Ford.

A denúncia da situação dos trabalhadores sob a direção da empresa, a anulação da concessão e a luta contra possíveis novas concessões aos imperialistas na região se destacam em meio as outras consignas. Já em relação a região nordeste, o partido divide tarefas a seus militantes de acordo com as diferentes relações sociais de produção no campo, desde os pequenos proprietários, operários agrícolas até indígenas que tiveram suas terras confiscadas. Define-se diretrizes no âmbito dos estados em que a produção pecuária é a principal atividade econômica, como Mato Grosso, Goiás, Rio Grande do Sul e Norte de Minas.

É importante deixar registrado a pertinente observação de que, nesse período, os laços do PCB com a III IC haviam enfraquecido e isso se refletiu na concepção de que a revolução brasileira, à época, seria de cunho pequeno-burguês (SANTOS, 1996), diferente do que viria a se tornar a análise oficial do partido desse período em diante. Tal análise torna central a “positividade histórica” do operariado (PRIORI, 2002), resultado da “banalização” da estratégia de aliança operário camponesa por parte da III IC (SANTOS, 1996).

3.2 A ANÁLISE DE CAIO PRADO JR.

Esta seção apresenta os resultados obtidos da análise do artigo "*Contribuição para a análise da questão agrária no Brasil*" de Caio Prado Jr. e apresenta uma discussão em torno da questão que este trabalho busca responder: *quais são as perspectivas políticas* de Caio Prado Jr. e Alberto Passos Guimarães, que são os principais intelectuais a analisar, cientificamente, a questão agrária no Brasil,

inseridos no debate orgânico do PCB na década de 60, que tinha como centro a Reforma Agrária.

Discutia-se a Reforma Agrária daquele período, tanto pela pressão das mobilizações populares da época, lideradas principalmente por Francisco Julião e as Ligas Camponesas, quanto pela inflexão no pensamento político do partido que começa a tomar corpo a partir do Manifesto de Janeiro de 1948 de Luís Carlos Prestes (PRIORI, 2002). Antes de partir para a análise propriamente dita do artigo, início esta seção com uma breve descrição biográfica do intelectual em questão.

Descendente de cafeicultores paulistas dos mais abastados, Caio Prado da Silva Junior nasceu em São Paulo, no ano de 1907, e faleceu no mesmo Estado, oitenta e três anos depois. Seu avô, Martinho da Silva Prado Jr., foi o maior produtor de café do mundo e um dos colonizadores da região de Ribeirão Preto. Além disso, Caio Prado se casou três vezes e teve três filhos, Yolanda, em 1929, Caio Graco, em 1931, durante seu primeiro casamento, e Roberto, em 1945, quando havia se casado pela segunda vez. (PERICÁS e WIDER, 2014)

Antes de ingressar no PCB, em 1931, Caio Prado Jr. fez parte do Partido Democrático (PD), ao qual se filiou em 1928. À época, o PD era oposição ao Partido Republicano Paulista e aliado de Getúlio Vargas. Já no PCB, o autor tem seu primeiro ensaio, intitulado "Evolução Política do Brasil", publicado em 1932. Tal obra marca o início de seu dissenso teórico com a linha do partido a respeito da realidade brasileira, principalmente agrária. Ou seja, da existência ou não de feudalismo no Brasil colonial.

A produção acadêmica de Jr. é vasta e percorre temas que vão da Filosofia até a Geografia e tem início ainda em sua juventude, na década de 30, e chega até seus últimos anos de vida, na década de 80, época da publicação de "*A Cidade de São Paulo (1983)*", obra analisada no presente trabalho. Nela, o autor restringe a sua elaboração teórica sobre a Questão Agrária a seus desdobramentos políticos, que se conformam no epicentro do debate acerca do tema. Ou seja, a década de 60. (CAIO PRADO, JR, 2014)

Caio Prado Jr. em 1979, passados quinze anos da instauração do regime militar, editou o livro *Questão Agrária no Brasil*, no qual reúne seus artigos publicados na Revista Brasiliense, esta que também é de sua autoria, no período anterior ao golpe militar. Contudo, essa dissidência se diferencia de grande parte das originadas da crise do Partido, que assumiam a luta armada e formaram o que

Raimundo dos Santos chama de *campesinismos revolucionários* (SANTOS, 2009). Caio Prado Jr. deixa patente nesses artigos sua visão reformista acerca da solução do problema agrário (SANTOS, 2008).

Antes de esmiuçar o artigo previamente citado, cabe ressaltar que, já em fins da ditadura civil-militar, quando o livro é publicado o autor reafirma suas posições dizendo que, apesar de passados quinze anos da publicação dos textos no formato original de artigos, as críticas permanecem válidas. Contudo, Caio Prado Jr. deixa patente a posição de que a Reforma Agrária foi a razão fundamental para o golpe militar e que continua sendo um dos problemas principais. Como deixa claro no seguinte trecho:

“Se houve, pois, alguma modificação de 1964 a esta parte, foi no sentido de consolidar, repetir sob novas formas e estender os velhos padrões, no fundamental do passado colonial, isto é, o fornecimento e disponibilidade de mão de obra de fácil exploração e custo mínimo. E partimos assim, na atualidade e no que diz respeito a estrutura agrária brasileira, do mesmo ponto e marco zero em que nos encontrávamos. Justifica-se assim o retorno a publicações datadas embora de tão afastado momento.” (PRADO JR, 2014, p.285)

3.2.1 A contribuição da perspectiva política para a análise da questão agrária no Brasil (1960)

Neste artigo, o autor realiza uma análise descritiva do que define a questão agrária em si: alta concentração fundiária e precárias condições da reprodução da força de trabalho rural. A segunda, assinala, é consequência direta da primeira e perpassa toda a história da formação brasileira, apesar da modernização capitalista em algumas regiões do país, como no caso da cultura do café em São Paulo, o problema continua existindo. Em alguns casos, o problema é ainda mais grave, dada a mecanização do campo que se processa sob uma propriedade fundiária concentrada (PRADO JR., 2014).

Em nota, já nas páginas de abertura da primeira edição do livro, Caio Prado Jr. critica a “Reforma Agrária” do regime militar, explicitando que essa não faz, senão reforçar e reproduzir a estrutura fundiária já existente.

“...o que vem ocorrendo, favorecido e mesmo estimulado sem nenhum segredo pela atual política agrária do regime vigorante, haja vista esta partilha desordenada e destruidora da natureza - mas altamente promissora para seus felizes beneficiários, estes novos colonizadores hoje “empresários” -

, partilha das terras virgens e ainda desocupadas (salvo os índios que sumariamente se expulsam) do norte de Goiás e Mato Grosso, e sobretudo da Amazônia. (PRADO JR., 2014, p. 285)

O autor divide este artigo em cinco partes, que esmiúçam, individualmente, algum aspecto da questão agrária: a distribuição da propriedade da terra, os valores da extensão dessas terras e quantidade de estabelecimentos em diversas regiões do país, até uma discussão acerca da Reforma Agrária. Ele faz uma análise extensa, com base em dados sobre a distribuição de terras, extensão destas e números de estabelecimentos em várias regiões do país.

Para além da análise socioeconômica, em mais de uma passagem do artigo, o autor discorre sobre críticas a então análise partidária acerca da acepção de feudalidade, ponto nevrálgico em que se desenvolve a discussão. Ao tratar dessa questão, diz: "o que pode se assemelhar, nas relações de produção na agropecuária brasileira a relações 'feudais', são não menos que '... modalidades de pagamento que correspondem ao salário.'" (PRADO JR., 2014, p.340).

"Se se quiser considerar as relações de trabalho da agropecuária brasileira em função de suas origens históricas, acentuando os anacronismos que nelas se observam – como parece ser o caso nas referências feitas a pseudo "restos feudais", e relações "semifeudais" -, seria mais acertado e adequado falar em restos escravistas ou servis, e em relações semiescravistas ou semisservis." (PRADO JR., 2014, p.341).

Quanto à sua perspectiva política, o autor encerra o artigo, assim como frisa em outros momentos, apresentando a necessidade da *humanização* do trabalho rural e a necessidade de uma luta legalista, antes de, propriamente, lutar pela Reforma, a fim de atender as reivindicações imediatas.

"Mas para que a luta dos trabalhadores seja eficaz, faz-se necessária uma legislação e ação administrativas que garantam efetivamente aos trabalhadores rurais os direitos de livre associação, organização sindical e greve, o que de fato, na generalidade do campo brasileiro, ainda não existe." (PRADO JR., 2014, p.355)

Tal análise pode-se encontrar também de maneira mais detalhada e sistematizada no artigo "*Política e agrarismo no Brasil*", de Raimundo Santos.

"... Caio Prado visualiza o programa da "revolução brasileira" como uma obra de reversão daquela dissociação com base na valorização produtiva do trabalho nacional, o agrário da fórmula "agrária e nacional" tendo assim

dimensão estratégica, não obstante os constrangimentos estruturais impostos à revolução brasileira “programática” imaginada por Caio Prado.” (SANTOS, 2009, p.123)

A dissidência do autor não se dá apenas no plano teórico – aspecto mais ressaltado na literatura -, mas se dá, principalmente, no plano político. Além da negação da análise anterior, nega-se também o caráter revolucionário da questão agrária, adotando uma perspectiva reformista então para o tensionamento das lutas no campo. Caio Prado e seus desencontros com o partido ocorrem à medida em que o autor busca analisar o Brasil a partir de suas particularidades. (SANTOS, 2007)

3.3 A ANÁLISE DE ALBERTO PASSOS GUIMARÃES

Alberto Passos Guimarães, autor de *"Quatro Séculos de Latifúndio"*, nasceu em Maceió-AL no ano de 1908 e faleceu em 1993, na cidade do Rio de Janeiro.. Ele foi economista, geógrafo e historiador, (FIGUEIREDO, 2004) e um dos interlocutores do debate agrarista do PCB, que defende a tese dos restos feudais e semifeudais no campo brasileiro. Guimarães escreveu também as obras *"Inflação no Brasil"* (1963) e *"Crise Agrária"* (1979).

Optou-se pela análise de seu artigo *"Três frentes da luta de classes no campo brasileiro"*, pois este, assim como o de Caio Prado Jr., foram escritos no contexto do V Congresso do PCB de 1960 e por expressarem de maneira sintética a análise de ambos os autores e suas respectivas perspectivas políticas acerca do desenvolvimento da luta de classes no campo brasileiro naquele período.

3.3.1 A perspectiva política em "Três Frentes da luta de classes no campo brasileiro" (1960)

Publicado na “Tribuna de Debates” do quinto congresso, “Três Frentes da luta de classes no campo brasileiro” de Alberto Passos Guimarães realiza um balanço da Declaração de Março de 1958, documentos que, segundo ele, colocaram no devido lugar a contradição imperialista e que demonstram sua predominância sobre as demais contradições existentes na realidade brasileira, fato esse que permitiu uma compreensão mais ampla e profunda do problema agrário brasileiro (GUIMARÃES, 2011). Ainda sobre a nova interpretação do partido nas Teses para o V Congresso:

“E se tal conclusão é verdadeira para toda a nação e para todo o povo é evidentemente verdadeira para nossa população rural, e, em particular os camponeses,” (GUIMARÃES, 2011, p.90)

O autor trata desde a “opressão imperialista no campo” e “a teoria e o método da luta de classes” até o tratamento específico das três frentes da qual ele diz existirem no campo. São elas: “A frente dos assalariados e semi assalariados”, “A frente contra o latifúndio”. Na referida análise, além da teoria marxista, o autor também faz referência a Lênin e a duas de suas obras: *"O Programa Agrário da social democracia russa"* e *"A questão agrária e as forças da Revolução"*.

Alberto Passos Guimarães, cita Lênin a medida em que se faz necessário a defesa de um “desenvolvimento completo”, por assim dizer, do capitalismo, o qual só se faz possível em estágios mais avançados através da luta entre a burguesia e proletariado. Assim como o era na Rússia desde o início do século XX, esse caso se faz ainda mais acertado, à época, no caso brasileiro (GUIMARÃES, 2011).

O ponto central do texto, e que responde à pergunta do presente trabalho, é a análise de que existem, no caso brasileiro, três frentes de luta de classe no campo. Diferente das duas que existiam durante o período da revolução agrária na Rússia czarista. O que diferencia a realidade de ambos os países, é que a Rússia era um país imperialista em 1917, enquanto o Brasil à mesma época e assim como hoje, era dependente do imperialismo.

Esta característica faz com que haja uma frente diferente das também presentes na Rússia revolucionária. A de todo o campesinato contra as várias modalidades de opressão e espoliação imperialista.

“Precisamente por isso, não existem no Brasil atual apenas duas, mas três formas essenciais da luta de classes: 1º) a luta de todo o campesinato contra as várias modalidades de opressão e da espoliação imperialista; 2º) a luta do campesinato contra as sobrevivências do pré-capitalismo e contra os latifundiários; e 3º) a luta dos assalariados e semi assalariados rurais contra os patrões, grandes proprietários de terra. (GUIMARÃES, 2011, p.93)

Contudo, cabe ressaltar aqui que Passos não trata apenas de uma teoria continuadora da linha do PCB (FIGUEIREDO, 2004), muito menos de um retorno esquemático a Lênin. Passos “procura traduzir em orientação partidária o novo modo de olhar a circunstância brasileira da Declaração de Março radicalmente

diverso do estagnacionismo prevalecente no PCB até 1958” (SANTOS, 2009, p.128).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A divergência teórica entre os autores discutidos, por seu conteúdo, extrapola o âmbito teórico e vai para o da prática política. A tese oficial do partido de “restos feudais” na economia brasileira – justificava, politicamente, uma revolução agrária e anti-imperialista, aos moldes do que era proposto pela III IC, a partir da estratégia da aliança operário-camponesa, cuja interpretação tem início na viragem política de Luís Carlos Prestes, com a publicação do seu *Manifesto de Janeiro* de 1948(PRIORI, 2002).

Pode-se dizer que sua nova análise do agrário brasileiro é também uma negação da perspectiva *revolucionária*, principalmente quando coloca que toda a mobilização dos trabalhadores no campo deve, em uma primeira instância, permanecer no aspecto legal da luta por melhores condições de trabalho. Ou seja, através de uma extensão da legislação social do trabalhador rural, garantidora de direito políticos básicos aos camponeses, tarefa ainda não conquistada por estes (PRADO JR., 2014).

Ao passo que Passos Guimarães buscou continuar a “perspectiva revolucionária” na linha do partido, Caio Prado Jr. nega parcialmente a tese do partido ao elaborar sua análise sobre a realidade agrária no Brasil. Guimarães, em função de recenseamentos sobre a população agrária, pouco claros sobre as formas de trabalho no campo, não nega os “restos feudais”, mas dá a eles a devida importância na análise do geral. No caso, a contradição principal no Brasil, assim como de todo o campo, era contra o imperialismo e não a contradição “camponês-latifúndio” que caracterizava a então análise dos restos feudais. Para tanto, como visto, o autor além da teoria marxista, volta a Lênin. (GUIMARÃES, 2011)

4.1 – RECOMENDAÇÕES PARA TRABALHOS FUTUROS

A análise descritiva dos objetos deste trabalho permitiu maior aproximação ao que foi o debate agrarista durante a década de 60 e demonstrou que, para possuir um real entendimento da dinâmica deste problema, requer-se um grande esforço de triagem documental e análise histórica. Triagem essa que tem por base uma sólida compreensão da economia política marxista.

Uma caracterização mais avançada do debate, poderia ser realizada através de outras obras dos autores e periódicos para os quais escreviam. "*A Revolução Brasileira*", de Caio Prado Jr. "*Quatro Séculos de Latifúndio*" e "*A Crise Agrária*", de Alberto Passos Guimarães, para citar alguns exemplos.

REFERÊNCIAS

1. CHACON, V. **História das Ideias Socialistas no Brasil**. Ed. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira S.A., 1965
2. DELGADO, G. C. **Questão Agrária no Brasil:1950-2003**. In: Luciana Jaccoud. (Org.). **Questão Social e Políticas Sociais no Brasil Contemporâneo**. 1 Ed.Brasília: IPEA, 2005.
3. OZIEL, G. **Lenin e a Revolução Russa**. Ed. São Paulo: Expressão Popular, 2015.
4. GERMER, C. M. A relação abstrato/concreto no método da economia política. In: VI Encontro Nacional de Economia Política. **Anais. Fundação São Paulo, SEP**, p 4-7, 2001.
5. GUIMARÃES, A. P. **Quatro Séculos de Latifúndio** [apresentação de Antônio Houaiss]. 4. Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
6. FIGUEIREDO, J. R. **Modos de Ver a Produção no Brasil**. 2. Ed. São Paulo: Autores Associados, 2004.
7. KONDER, L. **Intelectuais Brasileiros e Marxismo** 2. Ed. São Paulo: Expressão Popular, 2009.
8. KONDER, L. **A Derrota da Dialética: A recepção das ideias de Marx no Brasil, até o começo dos anos 30**. 2. Ed. São Paulo: Expressão Popular, 2009.
9. MARX, K; ENGELS, F. **O Manifesto Comunista**. 5 Ed. São Paulo: Boitempo, 2013
10. PERICÁS, L. B.; SECCO, L. **Intérpretes do Brasil: clássicos, rebeldes e renegados**. 2. Ed. São Paulo, 2014
11. PRADO JUNIOR, C. **A Questão Agrária no Brasil**. 1. Ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.
12. PRIORI, A. **O PCB e a questão agrária: os manifestos e o debate político acerca de seus temas**. In: MAZZEO, A. C. **Corações Vermelhos: os comunistas brasileiros do século XX**. Ed. São Paulo: Cortez, 2003.
13. RODRIGUES, L. S. **Sobre Nós que amávamos tanto O capital**. In: SADER, E. et al **Nós que amávamos tanto O capital: Leituras de Marx no Brasil**. 1 Ed. São Paulo: Editora Boitempo, 2017.
14. SANTOS, R. N. **Agraristas Políticos Brasileiros**. 1. Ed. Brasília: Nead/Fundação A. Pereira, 2007.

15. SANTOS, R. N. **Política e agrarismo no Brasil** 1. Ed. Rio de Janeiro: Editora da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2008.
16. SANTOS, R. N. **Questão Agrária e Política: autores pecebistas**. 1. Ed. Rio de Janeiro: Editora da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1996.
17. SEGATTO, J. A. **Breve História do PCB**. 2. Ed. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1989.
18. STEDILE, J. P. **A questão agrária no Brasil: o debate tradicional - 1500-1960**. 2. Ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011
19. ZAGO, L. H. O método dialético e a análise do real. **Kriterion: Revista de Filosofia**, Belo Horizonte. V. 54, n.127.v.54, p. 109-124. Junho, 2013.